

## BIBLIOGRAFIA

ACKERMAN, Bruce: **The Emergency Constitution.** *in* The Yale Law Journal, Vol. 113, issue 5. New Haven: University of Yale Press, 2004.

\_\_\_\_\_: **This is not a War.** *in* The Yale Law Journal. Vol. 113, issue 8, New Haven: University of Yale Press, 2004.

AGAMBEM, Giorgio: **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_: **Homo Sacer – o poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_: **Moyens sans fins, notes sur la politique.** Paris: Payot et Rivages, 1992.

ALEXY, Robert: **Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no Estado de direito democrático.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vol. 17. Porto Alegre: Síntese, 1999.

\_\_\_\_\_: **Constitutional Rigths, Balancing and Rationality.** Ratio Juris - An International Journal of Jurisprudence and Philosophy of Law, Vol. 16, nº 2, Junho de 2003.

\_\_\_\_\_: **Derecho injusto, retroactividad y principio de legalidad penal. La doctrina del Tribunal Constitucional Federal alemán sobre los homicidios cometidos por los centinelas del Muro de Berlim.** DOXA Cadernos de filosofia do direito nº 23, Alicante: Universidade de Alicante, 2000.

\_\_\_\_\_: **Derecho y razón práctica.** México, D.F.: Distribuciones Fontanamara, 1993.

\_\_\_\_\_: **On the structure of legal principles.** Ratio Juris. Juris An International Journal of Jurisprudence and Philosophy of Law, Vol. 13 nº 3, setembro de 2000.

\_\_\_\_\_: **Sistema jurídico, principios jurídicos y razón páctica.** DOXA. Cadernos de filosofia do direito nº 5, Alicante: Universidade de Alicante, 1988.

\_\_\_\_\_: **Teoria de la argumentación jurídica.** Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

\_\_\_\_\_ : **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

ALMEIDA, Joaquim Canuto de: **Princípios fundamentais do processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

ALVES, Adalberto Robert: **As comissões parlamentares de inquérito e o direito constitucional ao silêncio**. Boletim IBCCRIM n° 154. São Paulo, 2005.

AMARAL, Thiago Bottino: **A segurança como princípio fundamental e seus reflexos no sistema punitivo**. In Revista Discursos Sediciosos, n° 15/16. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

\_\_\_\_\_ : **Considerações sobre a origem e evolução da ação de Habeas Corpus**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n° 35. São Paulo: RT. 2001.

\_\_\_\_\_ : **Estudo comparativo dos regimes excepcionais no Brasil e na França: Estados de defesa, urgência e sítio**. Revista Direito, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro: PUC, 2008 (no prelo).

\_\_\_\_\_ : **Notas para um sistema punitivo democrático**. Revista Forense, n° 385. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

\_\_\_\_\_ : **Ponderação de Normas em matéria penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ANDRADE, José Carlos Vieira de: **Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. Coimbra: Almedina, 1987.

ANDRADE, Manuel da Costa: **Sobre as proibições de prova em processo penal**. Coimbra: Coimbra editora, 1992.

ANTUNES, Maria João: **Direito ao silêncio e leitura, em audiência, das declarações do argüido**. Revista Sub Judice, n° 4. Coimbra, 1992.

ATIENZA, Manuel e MANERO, Juan Ruiz: **Sobre principios y reglas**. DOXA. Cadernos de filosofia do direito n° 10, Alicante: Universidade de Alicante, 1991.

ÁVILA, Humberto: **Teoria dos princípios - Da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. São Paulo: Malheiros, 2003.

AZEVEDO, David Teixeira de: **Atualidades no Direito e Processo Penal**. São Paulo: Método, 2001.

AZEVEDO, Plauto Faraco de: **Aplicação do direito e contexto social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio: **Considerações em torno de princípios hermenêuticos**. Revista de Direito Público Vol. 21. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

BARBIERO, Louri G.: **O direito constitucional do réu ao silêncio e suas conseqüências**. In Cidadania e Justiça nº 3. São Paulo: Associação dos Magistrados Brasileiros, 1998.

BARCELLOS, Ana Paula: **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais – O princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARROS, Antônio Milton de: **A defesa do acusado e sua intervenção no interrogatório judicial**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 4. São Paulo, 1996.

BARROS, Romeu Pires de Campos: **O interrogatório do acusado e o princípio da verdade real. Estudos de Direito e Processo Penal em homenagem a Nelson Hungria**. Rio de Janeiro: Forense, 1962

BARROS, Susana de Toledo: **O princípio da proporcionalidade e o controle das leis restritivas de direitos fundamentais**. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.

BARROSO, Luís Roberto: **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.

\_\_\_\_\_: **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

BASTOS, Celso Ribeiro: **Comentários à Constituição do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988 – Volume 2**. São Paulo: Saraiva, 1989.

BECCARIA, Cesare: **Dos delitos e das penas**. Tradução de J. Cretella Jr. São Paulo: RT, 1996.

BELO, Warley: **A tortura no interrogatório extrajudicial: até quando?** Boletim IBCCRIM nº 154. São Paulo, 2005.

BERGALLI, Roberto: **La razon de Estado como nuevo fundamento del control penal en España**. Revista da Asociación de Ciências Penales de Costa Rica, Ano 4, nº 5, 1992.

BERIAN, Josetxo (Org): **Las consecuencias perversas de la modernidad**. Barcelona: Anthropos, 1996.

BINDER, Alberto M.: **Introducción al Derecho Procesal Penal**. Buenos Aires: Ad Hoc, 2000.

\_\_\_\_\_.: **O descumprimento das formas processuais. Elementos para uma crítica da teoria unitária das nulidades no processo penal.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BÖKENFÖRDE, Ernst Wolfgang: **Estudios sobre el estado de derecho y la democracia.** Madri: Editorial Trotta, 2000.

BORRADORI, Giovanna: **Filosofia em tempos de terror – diálogos de Habermas e Derrida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BULNES, Bar Jimeno: **After september 11<sup>th</sup> the fight against terrorism in national and european law. Substantive and procedural rules: some examples.** European Law Journal, Volume 10, n° 10. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004.

CAMARGO, Margarida Lacombe: **Hermenêutica e argumentação. Uma contribuição ao estudo do direito.** Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CAMPILONGO, Celso Fernandes: **Política, sistema jurídico e decisão judicial.** São Paulo: Max Limonad, 2002.

CANCIO MELIÁ, Manuel: **“Derecho Penal” del enemigo y delitos de terrorismo – Algunas consideraciones sobre la regulación de las infracciones em materia de terrorismo em el Código Penal español de la LO 7/2000.** Revista Ibero-americana de Ciências Penais, Número 5, Porto Alegre: Centro de Estudos Ibero-americano de Ciências Penais, 2002.

CANOTILHO, J.J. Gomes: **Direito Constitucional.** Coimbra: Almedina, 1992.

CAPPELLETTI, Mauro: **Juízes legisladores?.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

CARVALHO, Salo de: **Aplicação da pena no Estado democrático de direito e garantismo. Considerações a partir do princípio da secularização.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CERVINI, Raul: **Os processos de descriminalização.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, pp. 86 e 89

CHIAPPINI, Julio: **El testimonio rendido y la garantía constitucional - nadie puede ser obligado a declarar contra sí mismo.** Revista de Ciencias Penales, n° 2. Buenos Aires, 1999.

CHOUKR, Fauzi Hassan: **Processo penal de emergência.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

- CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias: **Processo penal inconstitucional**. Boletim IBCCRIM, n° 9. São Paulo, 1993.
- CITTADINO, Gisele: **Pluralismo, direito e justiça distributiva – elementos da filosofia constitucional contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- COELHO, Inocêncio Mártires: **Interpretação constitucional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.
- COHRS, J. Christopher; KIELMANN, Sven; MAES, Jurgen, MOSCHENER, Barbara: **Effects of right-wing authoritarianism and threat from terrorism and restriction of civil liberties**. Journal of Analyses of Social Issues and Public Policy, Volume 5, n° 1. Oxford: Blackwell Publishing LTD., 2005.
- COLE, David: **Terrorism and the rule of law. A review of Ronald Daniels, Patrick Macklem, Kent Roach, orgs. The Security of Freedom: Essays on Canada's Anti-Terrorism** Toronto: University of Toronto Press, 2001.
- COLTRO, Antônio Carlos Mathias: **A cláusula constitucional do direito ao silêncio**. Revista do Ilanud n° 24. São Paulo, 2003.
- COLTRO, Antônio Carlos Mathias: **Notas sobre o interrogatório no processo crime eleitoral e a cláusula constitucional do direito ao silêncio**. Revista do Advogado, n° 24. São Paulo, 2004.
- CORREA, Teresa Aguado. **El principio de proporcionalidad en derecho penal**. Madri: Edersa, 1999.
- COUCEIRO, João Cláudio: **A garantia constitucional do direito ao silêncio**. São Paulo: RT, 2004.
- DANIELS, Ronald, MACKLEM, Patrick, ROACH Kent, (Orgs): **Terrorism and the rule of law**. Toronto: University of Toronto Press, 2001.
- DANTAS, Ivo: **Princípios constitucionais e interpretação constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1995.
- DE LUCA, Javier Augusto: **Notas sobre la cláusula contra la autoincriminación**. Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal n° 9. Buenos Aires: Ad Hoc, 2004.
- DIAMINT, Rut: **Security challenges in Latin America**. Bulletin of Latin America Reserach, Volume 3, n° 1. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004.
- DIAS NETO, Theodomiro: **O direito ao silêncio: tratamento nos direitos alemão e norte-americano**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n° 5. São Paulo, 1997.

DIAS, Jorge de Figueiredo: **Questões fundamentais do Direito Penal revisadas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

DWORKIN, Ronald: **Los derechos en serio**. Barcelona: Ariel, 1999.

ELSTER, John: **Comments on the paper by Ferejohn na Pasquino**. International Journal of Constitutional Law, Vol. 2, issue 2. New York: Oxford University Press and New York School of Law, 2004

FARIA, Cássio Juvenal e GOMES, Luiz Flávio: **Poderes e limites das CPIs**. Boletim IBCCRIM, nº 79. São Paulo, 1999.

FARIA, José Eduardo (org): **A crise do direito numa sociedade em mudança**. Brasília, Editora Fundação UNB, 1988.

FARIA, José Eduardo e KUNTZ, Rolf: **Qual o Futuro dos Direitos?** São Paulo: Max Limonad, 2002.

FEREJOHN, John, PASQUINO, Pasquale, (Orgs): **The law of the exception: A typology of emergency powers**. International Journal of Constitutional Law, Vol. 2, issue 2. New York: Oxford University Press and New York School of Law, 2004

FERNANDES, Antonio Scarance: **Processo Penal constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FERRAJOLI, Luigi: **Derecho penal Mínimo y Bienes Jurídicos Fundamentales**. Revista da Asociación de Ciências Penales de Costa Rica, Ano 4, nº 5, 1992.

\_\_\_\_\_ : **Derecho y Garantías: La ley del más débil**. Madri: Trotta, 1999.

\_\_\_\_\_ : **Direito e Razão: Teoria do garantismo penal**. São Paulo: RT, 2002.

\_\_\_\_\_ : **Expectativas y garantías. Primeras tesis de una teoría axiomatizada del Derecho**. DOXA. Cadernos de filosofia do direito nº 20, Alicante: Universidade de Alicante, 1997.

\_\_\_\_\_ : **Juspositivismo Crítico y Democracia Constitucional**. Revista ISONOMIA, nº 16. Alicante, 2002.

\_\_\_\_\_ : **Sobre la definición de “Democracia”. Una Discusión com Michelanagelo Bovero**, Revista ISONOMIA nº 19. Alicante, 2003.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio: **Introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 1992.

FOOT, Rosemary: **Collateral damage: human rights consequences of counterterrorist action in the Asia–Pacific**. International Affairs, Volume 81, n° 2, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005;

FRANCO, Alberto Silva *et alli*: **Código de Processo Penal e sua interpretação jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais: 1999.

GARAPON, Antoine: **O juiz e a Democracia – o guardião das promessas**. Rio de Janeiro: Revan, 2001

GARGARELLA, Roberto: **La justicia frente al gobierno. Sobre el caracter contramayoritario del poder judicial**. Barcelona: Ariel, 1996.

GEARTY, Corner: **11 de September 2001, Counter – terrorism, and The Human Rights Acts**. Journal of Law and Society, Volume 32, n° 1. Oxford: Blackwell Publishing LTD., 2005.

GOLOVE, David: **United States: The Bush administration “war on terrorism” in the Suprem Court**. New York University School of Law. New York: University of New York Press, 2004.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **A motivação das decisões penais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_: **Direito à prova no processo penal**. São Paulo: RT, 1997

GOMES, Luiz Flávio e BIANCHINI, Alice: **O Direito Penal na era da globalização**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GOMES, Luiz Flávio: **Norma e bem jurídico no Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_: **Princípio da ofensividade no Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GOMES, Maria Gama de Magalhães: **O princípio da proporcionalidade no direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

GRECO FILHO, Vicente: **Tutela constitucional das liberdades**. São Paulo: Saraiva, 1989.

GREVI, Vittorio: **Facoltà di non rispondere delle persone esaminate ex art.210 C.P.P. e lettura dei verbali di procedenti dichiarazioni**. Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale, n° 35. Milano, 1992.

\_\_\_\_\_: **Il diritto al silenzio dell'imputato sul fatto proprio e sul fatto altrui**. Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale, n° 41. Milano, 1998.

GRINOVER, Ada Pellegrini: **Interrogatório do réu e direito ao silêncio.** Ciência Penal, ano 3, volume 1. São Paulo: Editora Convívio, 1976.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; Fernandes, Antonio Scarance: **As nulidades no Processo Penal.** São Paulo: RT, 2007

GUARNIERI, Carlo e PERDERZOLE, Patrizia: **La democrazia giudiziaria.** Bologna, Il Mulino, 1997.

GUIBOURG, Ricardo A.: **Fines y médios: una aproximación a los derechos.** DOXA. Cadernos de filosofia do direito n° 12, Alicante: Universidade de Alicante, 1992.

GÜNTHER, Klaus: **Words citizens between freedom and security.** Constellations, Volume 12, n° 3. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2005.

HABERMAS, Jürgen: **Escritos sobre moralidad y eticidad.** Barcelona: Editorial Paidós, 1988.

\_\_\_\_\_ : **La constelación posnacional.** Barcelona: Editorial Paidós, 2000.

\_\_\_\_\_ : **Remarks on Erhard Denninger's Triad.** Constellations, Volume 7, n° 4, Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2000.

\_\_\_\_\_ : **Três modelos normativos de democracia.** Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n° 36, São Paulo: CEDEC Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1995.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido: **Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação.** Campinas: Bookseller, 2005.

HALL, Kermit: **The Oxford guide to United States Supreme Court decisions.** New York: Oxford University Press, 1999.

HAQUE, M. Shamsul: **Governement responses to terrorism: critical views of their impacts on people and public administration.** Public Administration Review, Volume 2, Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2002.

HASSEMER, Winfried: **Derecho Penal y Filosofía del Derecho en la República Federal de Alemanha.** Alicante: Doxa – 8 - Centro de Estudos de Filosofia do Direito , 1990.

\_\_\_\_\_ : **Límites del Estado de Derecho para el combate contra la criminalidad organizada Tesis y Razones.** Revista da Asociación de Ciências Penales de Costa Rica, n° 14, 1997.

HECK, Luís Afonso: **O Tribunal Constitucional Federal e o desenvolvimento dos princípios constitucionais – Contributo para uma compreensão da**



**Jurisdição Constitucional Alemã.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

HEINS, Volker: **Giorgio Agamben and the current state of affairs.** German Law Journal, Vol. 6, issue 5, Germany:2005

HESSE, Konrad: **Escritos de derecho constitucional.** Madri: Centro de Estudos Constitucionais, 1983.

HICKMAN, Tom R.: **Beteween human rights and the rule of law: indefinite detention and the derogation model of constitucionalism.** The Modern Law Review Limited, 2005.

HOCKING, Jenny: **Counter-terrorism and the criminalisation of politics: Australia's new security of powers detention, proscription and control.** Australian Journal of Politics and History, Volume 49. n° 3. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2003.

ILLUMINATI, Giulio: **In difesa del diritto al silenzio.** L'indice Penale, n° 27. Padova, 1993.

JACKOBS, Günther e CANCIO MELIÁ, Manuel: **Derecho penal del enemigo.** Madri: Civitas, 2003.

JACKOBS, Günther: **Fundamentos do Direito penal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

JOHNS, Fleur: **Guantánamo Bay and the annihilation of the exception.** The Europe Journal of International Law., Vol. 16, issue 4. Sydney, 2005.

JOYNER, Christopher C.: **Police in international studies. the united nations and terrorism: rethinking legal tensions between national security, human rigths, and civil liberties.** International Studies Perspectives, Volume 6, n° 4, Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2005.

LARENZ, Karl: **Metodologia da ciência do direito.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1997.

LEPSIUS, Oliver: **Liberty, Security and Terrorism: The Legal Position in Germany.** German Law Journal, Vol. 5, issue 5, Germany: 2004.

LEWIS, Carol W.: **The Clash between Security and Liberty in the U.S. Response to Terror.** Public Administration Review, Volume 65, n° 1. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2005.

LLAMAS, Angel: **Una aproximación garantista a las fuentes de los derechos fundamentales.** DOXA. Cadernos de filosofia do direito n° 15-16, Alicante: Universidade de Alicante, 1994.

LUIZI, Luiz: **O tipo penal, a teoria finalista e a legislação penal.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1987.

MADARASZ, Norman: **O Estado de exceção e de segurança.** Aula inaugural dos Programas de Pós- Graduação em Direito e em Filosofia proferida no dia 29 de março de 2005, na Universidade Gama Filho. Mimeo

MAIA, Antonio Cavalcanti: **Direitos humanos e a teoria do discurso do direito e da democracia.** TORRES, Ricardo Lobo e MELLO, Celso Albuquerque: **Arquivos de Direitos Humanos 2.** Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MARQUES, José Frederico: **Elementos de Direito Processual Penal – Volume 2.** Campinas: Bookseller, 1997.

MARTÍ, José Luis: **El Realismo Jurídico: una amenaza para el liberalismo y la democracia?** Revista ISONOMIA, n° 17, Alicante, 2002.

MARTINS, Antônio Manuel: **Modelos de democracia.** Revista Filosófica de Coimbra n° 11, Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997.

MATTHEW, Richard; SHAMBAUGH, George: **The pendulum effect: explaining shifts in the democratic response to terrorism.** Analyses of Social Issues and Public Policy, Volume 5, n° 1. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005.

MEISELS, Tamar: **How terrorism upsets liberty.** Political Studies, Volume 53, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet: **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira: **Argüição de descumprimento de preceito fundamental.** São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_: **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. Estudos de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_: **Jurisdição Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2005.

MORAES, Alexandre de: **Direito ao silêncio e comissões parlamentares de inquérito.** Boletim IBCCRIM n° 79. São Paulo, 1999.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis; MORAES, Maurício Zanoide de: **Direito ao silêncio no interrogatório**. Revista Brasileira de Ciências Criminais n° 6. São Paulo, 1994.

NEUMAN, Ulfrid: **Positivismo Jurídico, Realismo Jurídico y Moralismo Jurídico en el Debate sobre Delincuencia Estatal en la Anterior RDA**. Alicante: Doxa 17-18 – Centro de Estudio de Filosofia do Direito, 1994.

NEVES, Marcelo: **Luhmann, Habermas e o Estado de direito**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n° 37, São Paulo: CEDEC Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1996.

NIÑO, Luis Fernando: **Hay jueces en Brasil? (jurisprudência comentada)**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n° 4. São Paulo, 1996.

ORDEIG, Enrique Gimbernat: **Conceito e método da ciência do direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PAKES, Francis: The Politics of Discontents: **The emergence of a new criminal justice discourse in the Netherlands**. The Howard Journal. Volume 43, n° 3. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004.

PALAZZO, Francesco C.: **Valores constitucionais e direito penal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.

PALMA, Maria Fernanda: **A constitucionalidade do artigo 342º do Código Penal : o direito ao silêncio do argüido**. Revista do Ministério Público n° 15. Lisboa, 1994.

PAPASTAMOU, Stamus; PRODOMITS, Gerasimos e IATRIDIS, Tilemachos: **Perceived threats to democracy: an examination of a political affiliation and beliefs about terrorism, state control and human rights**. Analyses of Social Issues and Public Policy, volume 5, n° 1, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005.

PASCHOAL, Janaina Conceição. **Constituição, criminalização e direito penal mínimo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PERELMAN, Chain: **Lógica Jurídica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PEREZ LUÑO, Antonio Enrique (coord): **Derechos humanos y constitucionalismo ante el tercer milenio**. Madri: Marcial Pons, 1996.

\_\_\_\_\_: **Derecho, Moral y Política: Tensiones centrípetas y centrífugas**. DOXA Cadernos de filosofia do direito n° 15-16, Alicante: Universidade de Alicante, 1994.

\_\_\_\_\_ : **Derechos humanos, Estado de Derecho y Constitucion.** Madri: Tecnos, 1984.

PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas: **Sistema acusatório.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PULITANÒ, Domenico: **Nemo tenetur se detegere: quali profili di diritto sostanziale.** Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale, n° 42. Milano, 1999.

QUARESMA, José M. L.: **Falsidade de depoimento ou declaração : art. 359 do código penal revisto: relevância prática do art. 342-2 do CPP.** Revista Sub Judice, n° 11. Coimbra, 1996.

QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi de: **A amplitude constitucional do direito ao silêncio.** Boletim IBCCRIM n° 46. São Paulo, 1996.

QUINTANA, Tomás Ojea: **El privilegio contra la autoincriminación: reflexiones acerca de dos sistemas distintos de procedimiento criminal (adversarial y no adversarial).** Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal n° 9. Buenos Aires: Ad Hoc, 2004.

RAMOS, Vânia Costa: **Imposição ao argüido de entrega de documentos para prova.** Revista do Ministério Público, n° 108. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, 2006.

RAWLS, John: **Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica.** Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n° 25, São Paulo: CEDEC Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1992.

REINARES, Fernando: **Democratic regimes, internal security police and the threat of terrorism.** Australian Journal of Politics and History, Volume 44, n° 3. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 1998.

RENTERÍA, Adrián: **Justicia constitucional y esfera de lo indecible en Luigi Ferrajoli.** Revista ISONOMIA, n° 19, Alicante, 2003.

RIPOLLÈS, José Luis Diez: **Presupuestos de un modelo racional de legislación penal.** Alicante: Doxa - 24 Doxa 17-18 – Centro de Estudo de Filosofia do Direito, 2004.

RODRIGUES, Leda Boechat: **A Corte Suprema e o direito constitucional Norte-Americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_ : **História do Supremo Tribunal Federal – Tomo I.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

ROMEIRO, Jorge Alberto: **Considerações sobre o conceito do interrogatório do acusado**. Rio de Janeiro: Alba oficinas gráficas, 1942

ROMERO, Sebastián: **La regla de exclusión probatoria y la necesidad de su delimitación**. Direito Penal e Criminologia – Anais dos XIII Congresso Latino-Americano, V Ibero-Americano e I do Mercosul de Direito Penal e Criminologia. Curitiba: Juruá, 2000.

ROSENFELD, Michael: **American Constitutionalism Confronts Denninger's New Constitutional Paradigm**. Constellations, Volume 7, n° 4, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2000.

\_\_\_\_\_: **Habermas's call for cosmopolitan constitutional patriotism in an age of global terror: a pluralist appraisal**. Constellations, Volume 14, n° 2. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007.

ROXIN, Claus: **Libertad de autoincriminación y protección de la persona del imputado**. BAIGUN, David et. al: **Estudios sobre Justicia Penal em homenagem al Profesor Julio B. J. Maier**. Buenos Aires: Del Porto: 2005.

\_\_\_\_\_: **Política criminal e sistema jurídico-penal**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RUBIO LLORENTE, Francisco: **Derechos fundamentales y principios constitucionales. Doctrina jurisprudencial**. Barcelona: Ariel, 1995.

SALOMÃO, Heloisa Estellita: **O dever de informar e os crimes contra a ordem tributária**. Revista dialética de direito tributário, n° 3. São Paulo, 1995.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva: **A expansão do direito penal – Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SANCHIS, Luis Prieto: **Estudios sobre derechos fundamentales**. Madri: Debate: 1990.

\_\_\_\_\_: **Sobre principios y normas: problemas del razonamiento jurídico**. Madri: Centro de Estudos Constitucionais, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.): **Os tribunais nas sociedades contemporâneas**. Porto: Afrontamento, 1996.

\_\_\_\_\_: **Direito e democracia: A reforma global da justiça**. PUREZA, José Manuel e FERREIRA, António Casimiro (orgs.): **A teia global. Movimentos sociais e instituições**. Porto: Afrontamento, 2001.

- SCHMILL, Ulises: **Comentarios a Juspositivismo Crítico y Democracia Constitucional de Luigi Ferrajoli**, Revista ISONOMIA n° 16. Alicante, 2002.
- SERRANO, Nicolas Gonzales Cuellar: **Proporcionalidad y derechos fundamentales en proceso penal**. Madri: Colex, 1990.
- SPENCE, Keith: **World risk society and war against terror**. Political Studies. Vol. 33. Oxford: 2005.
- STARMEN, Keir; WEIR, Stuart: **Strong government and weak liberties: an overview of political freedom on the UK**. The Political Quarterly Publishing. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 1997;
- STIRK, Peter: **Carl Schmitt, the law of occupation, and the Iraque war**. Constellations, Volume 11, n° 4. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004.
- STUMM, Raquel Denise: **O principio da proporcionalidade no direito constitucional brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.
- SUANNES, Adauto Alonso: **Código Penal versus Constituição**. Justiça e Democracia, n° 2. São Paulo: Associação Juízes para a Democracia, 1999.
- \_\_\_\_\_ : **Os fundamentos éticos do devido processo legal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: **Linha sucessória dos Ministros**. Brasília: STF, 2007.
- TATE, Neal e VALLINDER, Torbjörn: **The global expansion of judicial power**. New York: New York University Press, 1995.
- TAVARES, Juarez: **Teoria do injusto penal**. Belo Horizonte : Del Rey, 2000.
- TEDESCO, Ignacio F.: **El privilegio contra la autoincriminación: un estudio comparativo**. Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal, n° 3. Buenos Aires, 1997.
- \_\_\_\_\_ : **La libertad de la declaración del imputado: un análisis histórico-comparado**. HENDLER, Edmundo (Org.): **Las garantías penales e processales – enfoque histórico-comparado**. Buenos Aires: Del Porto, 2001.
- TORNAGHI, Hélio: **Instituições de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1959.
- TORRES, Ricardo Lobo (Org.): **Teoria dos direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa: **Processo Penal – Volume 2**. São Paulo: Saraiva, 1998.

TUCCI, Rogério Lauria e TUCCI, José Rogério Cruz: **Devido processo legal e tutela jurisdicional**. São Paulo: Revista dos Tribunais 1993.

TUCCI, Rogério Lauria: **Direitos e Garantias individuais no processo penal brasileiro**. São Paulo. Saraiva, 1993.

VAN HOECKE, Mark: **El uso de principios jurídicos no escritos por los tribunales**. DOXA. Cadernos de filosofia do direito n° 19, Alicante: Universidade de Alicante, 1996.

VIANNA, Luiz Werneck *et alii*: **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIEIRA, José Ribas: **Perspectivas da Teoria Constitucional Contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

VIEIRA, Oscar Vilhena: **A Constituição como reserva de justiça**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n° 42, São Paulo: CEDEC Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1997.

VLADECK, Stephen I.: **Emergency power and the militia acts**. The Yale Law Journal, Vol. 114, issue 1. New Haven: University of Yale Press, 2004.

WARREN, Earl: **Homem prevenido: os direitos de Miranda**. Revista Sub Judice n° 12. Coimbra, 1998.

WOLKMER, Antonio Carlos: **Ideologia, Estado e Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

WOOD, Robert: **Remedial law. When courts become administrators**, Amherst: The University of Massachusetts Press, 1990.

ZAFFARONI, E. Raúl e BATISTA, Nilo: **Direito penal brasileiro. Parte I**. Rio de Janeiro: Revan, 2a. ed, 2003.

ZAFFARONI, E. Raúl e PIERANGELI, José Henrique: **Manual de Direito Penal brasileiro. Parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

ZAGREBELSKY, Gustavo: **El derecho ductil. Ley, derechos, justicia**. Madri: Trotta, 1995.

ZEDNER, Lucia: **Securing liberty in the face of terror: Reflections from criminal justice**. Journal of Law and Society, Volume 32, n° 4. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005.

## ANEXOS

**Anexo 1 – Tabela dos casos do Supremo Tribunal Federal estudados em  
ordem cronológica e separados por eixos temáticos.**

**Casos em ordem cronológica**

- |  |  |
|--|--|
| <p>1. Habeas Corpus nº 67.609-0/SP<br/>Relator(a) Min. FRANCISCO REZEK<br/>2ª TURMA<br/><b>Julgado em: 28/08/1989</b></p>            | <p>8. Habeas Corpus nº 72.815-4/MS<br/>Relator(a) Min. MOREIRA ALVES<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 05/09/1995</b></p>        |
| <p>2. Habeas Corpus nº 68.742-3/DF<br/>Relator(a) Min. OCTAVIO GALLOTTI<br/>TRIBUNAL PLENO<br/><b>Julgado em: 26/06/1991</b></p>     | <p>9. Habeas Corpus nº 73.035-3/DF<br/>Relator(a) Min. CARLOS VELLOSO<br/>TRIBUNAL PLENO<br/><b>Julgado em: 13/11/1996</b></p> |
| <p>3. Habeas Corpus nº 68.697-4/SP<br/>Relator(a) Min. Carlos Velloso<br/>2ª TURMA<br/><b>Julgado em: 27/08/1991</b></p>             | <p>10. Habeas Corpus nº 74.251-3/SP<br/>Relator(a) Min. SYDNEY SANCHES<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 26/11/1996</b></p>      |
| <p>4. Habeas Corpus nº 68.929-9/SP<br/>Relator(a) Min. CELSO DE MELLO<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 22/10/1991</b></p>             | <p>11. Habeas Corpus nº 75.257-8/RJ<br/>Relator(a) Min. MOREIRA ALVES<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 17/06/1997</b></p>       |
| <p>5. Habeas Corpus nº 69.026-2/DF<br/>Relator(a) Min. CELSO DE MELLO<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 10/12/1991</b></p>             | <p>12. Habeas Corpus nº 75.616-6/SP<br/>Relator(a) Min. ILMAR GALVÃO<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 07/10/1997</b></p>        |
| <p>6. Recurso Extraordinário nº 136.239-1/SP<br/>Relator(a) Min. CELSO DE MELLO<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 07 /04 /1992</b></p> | <p>13. Habeas Corpus nº 77.135-8/SP<br/>Relator(a) Min. ILMAR GALVÃO<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 08/09/1998</b></p>        |
| <p>7. Habeas Corpus nº 69.818-2/SP<br/>Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE<br/>1ª TURMA<br/><b>Julgado em: 03/11/1992</b></p>         | <p>14. Habeas Corpus nº 78.708-1/SP<br/>Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE<br/>1ª TURMA</p>                                    |



**Julgado em: 09/03/1999**

15. Habeas Corpus nº 79.244-8/DF  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
TRIBUNAL PLENO

**Julgado em: 23/02/2000**

16. Habeas Corpus nº 79.589-7/DF  
Relator(a) Min. OCTAVIO GALLOTTI  
PLENO

**Julgado em: 05/04/2000**

17. Habeas Corpus nº 79.781-4/SP  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
1ª TURMA

**Julgado em: 18/04/2000**

18. Recurso Habeas Corpus nº 79.973-6/MG  
Relator(a) Min. NELSON JOBIM  
2ª TURMA

**Julgado em: 23/05/2000**

19. Habeas Corpus nº 79.812-8/SP  
Relator(a) Min. CELSO DE MELLO  
TRIBUNAL PLENO

**Julgado em: 08/11/2000**

20. Habeas Corpus nº 80.584-1/PA  
Relator(a) Min. NÉRI DA SILVEIRA  
TRIBUNAL PLENO

**Julgado em: 08/03/2001**

21. Habeas Corpus nº 80.616-3/SP  
Relator(a) Min. MARCO AURÉLIO  
2ª TURMA

**Julgado em: 18/09/2001**

22. Habeas Corpus nº 80.949-9/RJ  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
1ª TURMA

**Julgado em: 30/10/2001**

23. Habeas Corpus nº 82.463-3/MG  
Relator(a) Min. ELLEN GRACIE  
2ª TURMA

**Julgado em: 05/11/2002**

24. Habeas Corpus nº 83.096-0/RJ  
Relator(a) Min. ELLEN GRACIE  
2ª Turma

**Julgado em: 18/11/2003**

25. Habeas Corpus nº 83.703-4/SP  
Relator(a) Min. MARCO AURÉLIO  
TRIBUNAL PLENO

**Julgado em: 18/12/2003**

26. Habeas Corpus nº 83.357-8/DF  
Relator(a) Min. NELSON JOBIM  
TRIBUNAL PLENO

**Julgado em: 26/03/2004**

27. Habeas Corpus nº 82.354-8/PR  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
1ª TURMA

**Julgado em: 10/08/2004**

28. Habeas Corpus nº 83.960-6/RS  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
2ª TURMA

**Julgado em: 14/06/2005**

29. Habeas Corpus nº 89.269-8/DF  
Relator Min RICARDO LEWANDOWSKI  
1ª TURMA

**Julgado em: 21/11/2006**

30. Recurso Habeas Corpus nº 87.172-1/GO  
Relator(a) Min. CEZAR PELUSO  
1ª TURMA

**Julgado em: 15/12/2005**

31. Habeas Corpus nº 89.503-4/RS  
Relator(a) Min. CEZAR PELUSO  
2ª TURMA

**Julgado em: 03/04/2007**

32. MC no Habeas Corpus nº 91.514-1/BA  
Decisão monocrática do relator, Ministro  
Gilmar Mendes

**Julgado em: 30/05/2007**

## Casos divididos por temas: Alcance da garantia para além do preso

1. Habeas Corpus nº 68.742-3/DF  
Relator(a) Min. OCTAVIO GALLOTTI  
PLENO

**Julgado em: 26 /06 /1991**

2. Habeas Corpus nº 68.929-9/SP  
Relator(a) Min. CELSO DE MELLO  
1ª TURMA

**Julgado em: 22/10/1991**

3. Habeas Corpus nº 69.818-2/SP  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
1ª Turma

**Julgado em: 03 /11 /1992**

4. Habeas Corpus nº 73.035-3/DF  
Relator(a) Min. CARLOS VELLOSO  
PLENO

**Julgado em: 13 /11 /1996**

5. Habeas Corpus nº 74.251-3/SP  
Relator(a) Min. SYDNEY SANCHES  
1ª Turma

**Julgado em: 26 /11 /1996**

6. Habeas Corpus nº 79.244-8/DF  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
PLENO

**Julgado em: 23 /02 /2000**

7. Habeas Corpus nº 79.589-7/DF  
Relator(a) Min. OCTAVIO GALLOTTI  
PLENO

**Julgado em: 05 /04 /2000**

8. Habeas Corpus nº 79.812-8/SP  
Relator(a) Min. CELSO DE MELLO  
PLENO

**Julgado em: 08 /11 /2000**

9. Habeas Corpus nº 80.584-1/PA  
Relator(a) Min. NÉRI DA SILVEIRA  
PLENO

**Julgado em: 08 /03 /2001**

10. Habeas Corpus nº 83.703-4/SP  
Relator(a) Min. MARCO AURÉLIO  
PLENO

**Julgado em: 18 /12 /2003**

11. Habeas Corpus nº 83.357-8/DF  
Relator(a) Min. NELSON JOBIM  
PLENO

**Julgado em: 26 /03/2004**

12. Habeas Corpus nº 89.269-8/DF  
Relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI  
1ª Turma

**Julgado em: 21 /11 /2006**

### Casos divididos por temas: Alcance da garantia para além da atitude passiva de calar

1. Habeas Corpus nº 68.742-3/DF  
Relator(a) Min. OCTAVIO GALLOTTI  
PLENO

**Julgado em: 26 /06 /1991**

2. Habeas Corpus nº 69.026-2/DF  
Relator(a) Min. CELSO DE MELLO  
1ª TURMA

**Julgado em: 10/12/1991**

3. Habeas Corpus nº 72.815-4/MS  
Relator(a) Min. MOREIRA ALVES  
1ª Turma

**Julgado em: 05 /09 /1995**

4. Habeas Corpus nº 75.257-8/RJ  
Relator(a) Min. MOREIRA ALVES  
1ª Turma

**Julgado em: 17 /06 /1997**

5. Habeas Corpus nº 77.135-8/SP  
Relator(a) Min. ILMAR GALVÃO  
1ª Turma

**Julgado em: 08 /09 /1998**

6. Habeas Corpus nº 80.616-3/SP  
Relator(a) Min. MARCO AURÉLIO  
2ª Turma

**Julgado em: 18 /09 /2001**

7. Habeas Corpus nº 83.096-0/RJ  
Relator(a) Min. ELLEN GRACIE  
2ª Turma

**Julgado em: 18 /11 /2003**

8. Habeas Corpus nº 83.960-6/RS  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
2ª Turma

**Julgado em: 14/06/2005**

### Casos divididos por temas: Outros desdobramentos no direito de defesa

1. Habeas Corpus nº 75.616-6/SP  
Relator(a) Min. ILMAR GALVÃO  
1ª Turma

**Julgado em: 07 /10 /1997**

2. Habeas Corpus nº 79.781-4/SP  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
1ª Turma

**Julgado em: 18 /04 /2000**

3. Habeas Corpus nº 82.354-8/PR  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
1ª Turma

**Julgado em: 10 /08 /2004**

4. Habeas Corpus nº 89.503-4/RS  
Relator(a) Min. Cezar Peluso  
2ª Turma

**Julgado em: 03/04/2007**

5. MC no Habeas Corpus nº 91.514-1/BA  
Decisão monocrática do relator, Ministro  
Gilmar Mendes

**Julgado em: 30/05/2007**

**Casos divididos por temas: Exigibilidade da presença do advogado no interrogatório e dever de informar o individuo da existência da garantia de não se auto-incriminar.**

1. Habeas Corpus nº 67.609-0/SP  
Relator(a) Min. FRANCISCO REZEK  
2ª Turma  
**Julgado em: 28/08/1989**

2. Habeas Corpus nº 68.697-4/SP  
Relator(a) Min. Carlos Velloso  
2ª Turma  
**Julgado em: 27/08/1991**

3. Habeas Corpus nº 68.929-9/SP  
Relator(a) Min. CELSO DE MELLO  
1ª TURMA  
**Julgado em: 22/10/1991**

4. Recurso Extraordinário nº 136.239-1/SP  
Relator(a) Min. CELSO DE MELLO  
1ª Turma  
**Julgado em: 07 /04 /1992**

5. Habeas Corpus nº 78.708-1/SP  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
1ª Turma  
**Julgado em: 09 /03 /1999**

6. Recurso Habeas Corpus nº 79.973-6/MG  
Relator(a) Min. NELSON JOBIM  
2ª Turma  
**Julgado em: 23 /05 /2000**

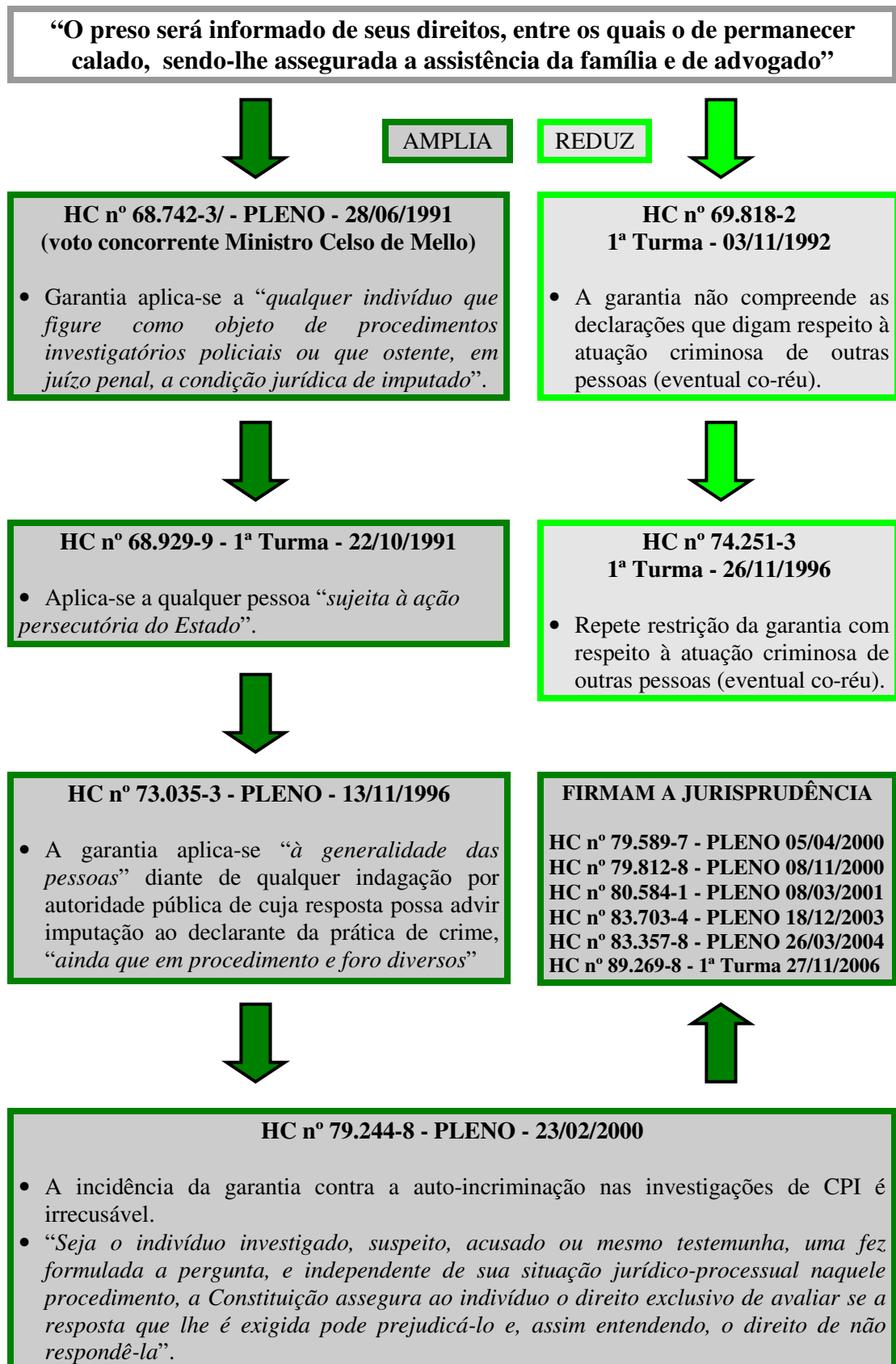
7. Habeas Corpus nº 80.949-9/RJ  
Relator(a) Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
1ª Turma  
**Julgado em: 30 /10 /2001**

8. Habeas Corpus nº 82.463-3/MG  
Relator(a) Min. ELLEN GRACIE  
2ª Turma  
**Julgado em: 05 /11 /2002**

9. Recurso Habeas Corpus nº 87.172-1/GO  
Relator(a) Min. CEZAR PELUSO  
1ª TURMA  
**Julgado em: 15/12/2005**

**Anexo 2 – Gráficos da evolução da  
jurisprudência do Supremo Tribunal  
Federal sobre a garantia de vedação de  
auto-incriminação.**

**ANEXO 2 – GRÁFICO Nº 01**  
**ALCANCE DA GARANTIA ALÉM DO PRESO.**



## ANEXO 2 – GRÁFICO Nº 02

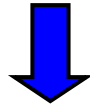
## ALCANCE DA GARANTIA ALÉM DA POSTURA DE CALAR.

**“O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”**

## OUTRAS FORMAS DE INATIVIDADE

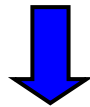
**HC nº 69.026-2/DF – 1ª Turma -  
10/12/1991**

- Não exige do acusado que participe em diligência de reconstituição do crime.



**HC nº 77.135-8/SP – 1ª Turma -  
08/09/1998**

- Não exige do acusado que forneça material para exame grafotécnico.



**HC nº 83.096-0/RJ – 2ª Turma -  
14/06/2005**

- Não exige do acusado que forneça material para exame de confronto de voz.

## OUTRAS FORMAS DE ATIVIDADE

**HC nº 68.742-3/DF  
PLENO - 26/06/1991**

- Rejeita o aumento de pena quando o réu nega falsamente a prática do crime.
- **Sucessivos:** HC nº 72.815-4/MS, e HC nº 79.781-4/SP, ambos da 1ª Turma



**HC nº 75.257-8/RJ – 1ª Turma –  
17/06/1997**

- Rejeita o aumento de pena quando o réu afirma ser falsa a assinatura verdadeira aposta em documento.



**HC nº 80.616-3/SP – 2ª Turma –  
18/09/2001**

- Rejeita o aumento de pena quando o réu imputa falsamente à autoria do crime a outrem, cuja punibilidade esteja extinta.



**HC nº 83.960-6/RS – 2ª Turma –  
18/09/2001**

- Rejeita o aumento de pena quando o réu usa malícia ao fornecer material gráfico visando a prejudicar as conclusões do exame pericial.

## ANEXO 2 – GRÁFICO Nº 03

## EXIGIBILIDADE DA PRESENÇA DO ADVOGADO NO INTERROGATÓRIO.

**“O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”**

Fase Judicial

Fase Policial

**HC nº 67.609-0 - 2ª Turma - 29/08/1989**

- Lei não exige a presença do advogado no interrogatório judicial.
- A ausência constitui nulidade relativa e exige demonstração de prejuízo.
- **Não há prejuízo se o réu confessa.**



**HC nº 68.697-4 - 2ª Turma - 27/08/1991  
(votou vencido o Ministro Marco Aurélio)**

- Cita HC nº 62.206-1/SP (caso julgado antes da Constituição de 1988)
- Cita HC nº 67.609-0/SP.
- **Não há prejuízo se o réu nega o crime.**



**HC nº 68.929-9 – 1ª Turma - 22/10/1991**

- *“A superveniência da nova ordem constitucional não impôs ao Estado o dever de assegurar a presença de defensor técnico no interrogatório”.*
- Presença do advogado no interrogatório é um direito do réu, mas não dever do Estado.
- **Não há prejuízo se o réu afirma causa exculpante para o crime.**



**Promulgação da Lei nº 10.792/2003, alterando o Código de Processo Penal, no que tange ao interrogatório**



**Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 87.172-1/GO - 1ª Turma - 15/12/2005**

- Com o advento da Lei nº 10.792/2003, a ausência de defensor no ato de interrogatório constitui nulidade absoluta, cujo reconhecimento deve ser feito a qualquer momento em que se dela tome conhecimento.



## ANEXO 2 – GRÁFICO Nº 04

## DEVER DE INFORMAR SOBRE O DIREITO AO SILÊNCIO

**“O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”**

**HC nº 78.708-1 - 1ª Turma - 09/03/1999**  
**Relator Sepúlveda Pertence**

- Declarações informais prestadas aos policiais pelo preso antes da lavratura do auto de prisão.
- *“Em matéria de direito ao silêncio e à informação oportuna dele, a apuração do gravame há de fazer-se a partir do comportamento do réu e da orientação de sua defesa no processo”.*

**COMPOSIÇÃO DA 1ª TURMA NA**  
**DATA DO JULGAMENTO**

- Moreira Alves (06/1975) Geisel
- Sydney Sanches (08/1984) Figueiredo
- Octávio Gallotti (11/1984) Figueiredo
- **Ilmar Galvão (06/1991) Collor**
- **Sepúlveda Pertence (05/1989) Sarney**

**Aposentadoria Octávio Gallotti (outubro/2000)**

**Posse Ellen Gracie (novembro/2000)**

**HC nº 80.949-9/RJ - 1ª Turma - 20/10/2001**  
**Relator Sepúlveda Pertence**

- Declarações informais prestadas aos policiais pelo preso antes da lavratura do auto de prisão.
- *“à luz da garantia do art. 5º, LXIII, basta, à caracterização da ilicitude da prova, a manifesta ausência da advertência do direito de ficar calado, que a Constituição ordena”.*

**COMPOSIÇÃO DA 1ª TURMA NA**  
**DATA DO JULGAMENTO**

- Moreira Alves (06/1975) Geisel
- Sydney Sanches (08/1984) Figueiredo
- **Ilmar Galvão (06/1991) Collor**
- **Sepúlveda Pertence (05/1989) Sarney**
- **Ellen Gracie (11/2000) FHC**



**HC nº 82.463-3/MG - 1ª Turma - 05/11/2001**  
**Relatora Ellen Gracie**

- Declarações prestadas em Juízo, na presença de advogado.
- *“Antes de prestar as declarações, o paciente não foi advertido pelo Juízo do seu direito ao silêncio (art. 5º, inciso LXIII), o que nulifica a audiência realizada, que se restringiu a oitiva do paciente”.*

**COMPOSIÇÃO DA 1ª TURMA NA**  
**DATA DO JULGAMENTO**

- Moreira Alves (06/1975) Geisel
- Sydney Sanches (08/1984) Figueiredo
- **Sepúlveda Pertence (05/1989) Sarney**
- **Ellen Gracie (11/2000) FHC**
- *Ausente Ministro Ilmar Galvão*

**ANEXO II – GRÁFICO Nº 05**  
**OUTROS DESDOBRAMENTOS NO DIREITO DE DEFESA**

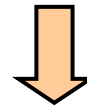
**“O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”**

**HC nº 82.354/PR - 1ª Turma –  
10/08/2004**

- Garantia de vedação de auto-incriminação é modalidade de autodefesa, mas que está ligada à defesa técnica, cabendo ao advogado o dever de prestar assistência técnica inclusive sobre a oportunidade ou não de exercer esse direito.
- Para tanto, é indispensável que o advogado tenha acesso inteiro teor do inquérito no bojo do qual seu cliente prestará depoimento como indiciado.

**Habeas Corpus nº 75.616-6/SP, 1ª  
Turma, 07/10/1997**

- “o silêncio do indiciado pode ser interpretado contra si e isso não macula o direito constitucional previsto no inc. LXIII do art. 5º da Carta Magna” (trecho do acórdão do TACRIM-SP, não desconstituído pelo STF ao fundamento de que outras provas indicavam autoria do crime)



**HC nº 79.781-4/SP, 1ª Turma,  
18/04/2000**

- O silêncio do acusado não pode constituir motivo ensejador da manutenção da prisão preventiva, ao argumento de conveniência da instrução criminal



**HC nº 89.503-4/RS, 2ª Turma,  
03/04/2007**

- A recusa do indiciado em comparecer para prestar depoimento em sede policial não autoriza sua custódia cautelar

**SUCCESSIVOS**

HC nº 87.827/RJ, 1ª Turma, 25/04/2006  
 HC nº 88.190/RJ, 2ª Turma, 29/08/2006  
 HC nº 90.232/AM, 1ª Turma, 18/12/2006

**MC no HC nº 91.514-1/BA, Min.  
Gilmar Mendes, 29/05/2007**

- Reafirma a impossibilidade de que o direito de liberdade seja afetado em razão do exercício da garantia de não se auto-incriminar.
- “(...) *não faz sentido a manutenção da prisão para a mera finalidade de obtenção de depoimento (...)*”

